

Relatório Completo 06/01/2016 às 11:07:27

Total de (9) Proposições.

PRS 321/2015

Autor: Rodrigo Nogueira

Relator: Gabriel Rodrigues

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	teste foco modificado em 07/12/2015 às 14:29
O que é	teste o que e modificado em 07/12/2015 às 11:24
Situação	teste situacao modificado em 07/12/2015 às 11:24
Nossa Posição	teste nossa posicao modificado em 07/12/2015 às 11:24

PRS 123/5122

Autor: Rodrigo Nogueira Costa

Relator: Gabriel Rodrigues Pipo

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	fasdfasdf modificado em 05/12/2015 às 19:58
O que é	asdfasdf modificado em 05/12/2015 às 19:58
Situação	asdfasdfasd modificado em 05/12/2015 às 19:58
Nossa Posição	fasdfads modificado em 05/12/2015 às 19:58

PEC 107/2015

Autor: Senadora Lucia Vania (PSB/GO) e outros

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	amplia a base de incidência do ICMS na importação de bens Agora PEC 150/2015 (Câmara) modificado em 14/10/2015 às 15:45
O que é	Permite a incidência do ICMS na entrada de bem proveniente do exterior, ainda que a importação seja relativa à operação de arrendamento mercantil com ou sem possibilidade de transferência ulterior de propriedade.

modificado em 29/09/2015 às 12:48

Situação

28/09/2015 - CCJ - 28/09/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

modificado em 29/09/2015 às 12:48

Nossa Posição

DIVERGENTE

Atualmente, se não houver transferência de propriedade do bem arrendado, não há incidência do ICMS, pois o leasing configura locação do bem, não havendo modificação da propriedade.

Essa opção de leasing é adotada por todas as nossas associadas. Portanto, a PDC é altamente prejudicial às empresas aéreas.

modificado em 29/09/2015 às 12:48

PDC 4/2015

Autor: Chico Alencar - PSOL/RJ E OUTROS

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS

modificado em 29/09/2015 às 12:31

O que é

Susta os efeitos do Decreto nº 8.395/2015 que altera o Decreto nº 5.059/2004 e o Decreto nº 5.060/2004.

Em sua justificativa, os autores alegam que o Decreto nº 8.395/2015 ?aumenta fortemente os preços dos combustíveis, em mais de R\$ 0,22 por litro de gasolina e R\$ 0,15 por litro de óleo diesel, por meio do aumento da alíquota de PIS/COFINS e da CIDE. Tal aumento causa severos prejuízos à população, seja aquela que utiliza automóveis, seja a que utiliza transporte público.?

modificado em 29/09/2015 às 12:31

Situação

01/07/2015 - Comissão de Minas e Energia (CME) - 09:00 Reunião Deliberativa Ordinária

Retirado de pauta a requerimento aprovado do Deputado Fernando Marroni.

modificado em 29/09/2015 às 12:31

Nossa Posição

DIVERGENTE EM TERMOS

O Decreto que se procura sustar aumenta as alíquotas da contribuição do PIS/PASEP e da COFINS para gasolina e óleo diesel, alterando, em seu art. 1º, o Decreto nº 5.059/04,

No seu art. 2º, altera também o Decreto nº 5.060/04 que, de sua vez, reduziu a zero a alíquota da CIDE incidente sobre querosene de aviação, e outros combustíveis.

A aprovação do PDC nos termos propostos, ou seja, a sustação do decreto em sua integralidade, acarretará sério prejuízo para as empresas aéreas, que se utilizam de querosene de aviação, para o

qual a alíquota da CIDE é zero atualmente.

Sugere-se entendimento com o Relator para que a sustação seja limitada ao art. 1º do Decreto nº 8.395/2015, mantendo-se em vigor o art. 2º do mesmo.

modificado em 29/09/2015 às 12:31

PL 96/2015

Autor: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS

Relator:

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:17

O que é

Dispõe sobre a incidência das contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gasolina de aviação.
modificado em 29/09/2015 às 12:17

Situação

24/09/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
Encaminhada solicitação ao Ministério da Fazenda.
modificado em 29/09/2015 às 12:17

Nossa Posição

INDIFERENTE

As empresas aéreas não se utilizam de gasolina de aviação, mas de querosene de aviação.
Sugerimos excluir o PL de nossa Agenda.

modificado em 29/09/2015 às 12:17

PEC 140/2012

Autor: Deputado Assis Carvalho (PT/PI)

Relator: Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Incidência de IPVA sobre aeronaves
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:17

O que é

Altera o inciso III do art. 155 da Constituição Federal para determinar que seja o imposto incidente sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos.
modificado em 28/09/2015 às 16:17

Situação	CD - Mesa Aguardando constituição de Comissão Temporária modificado em 28/09/2015 às 16:17
Nossa Posição	<p>DIVERGENTE</p> <p>Projeto apensado à PEC 283/2013, com parecer do Relator, Deputado Ricardo Berzoini, pela admissibilidade. A PEC 283/2013 prevê a incidência do IPVA sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos, porém exclui da tributação os veículos aquáticos e aéreos de uso comercial, destinados à pesca e ao transporte de passageiros e de cargas. Neste caso, a justificativa para exclusão de aeronaves comerciais é que as mesmas se destinam a uso coletivo, enquanto as demais a uso privado.</p> <p>Trata-se de mais uma iniciativa irracional de aumento de tributos, porquanto as embarcações e aeronaves já são sujeitas ao pagamento de substanciais contribuições, taxas e tarifas pelo uso dos meios aquaviários e do espaço aéreo.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:17</p>

PL 5569/2013

Autor: Deputado Alexandre Leite (DEM/SP)

Relator: Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	<p>desoneração tributária</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:14</p>
O que é	<p>Altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, retirando a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide sobre a importação e comercialização no mercado interno de gasolina e querosene de aviação.</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:14</p>
Situação	<p>CD - CVT: em 15/04/2015 a Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD 29/04/2015, já tendo o PL parecer favorável do Dep. Alexandre Toledo. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)</p> <p>modificado em 28/09/2015 às 16:14</p>
Nossa Posição	<p>CONVERGENTE</p> <p>O PL propõe a desoneração dos combustíveis de aviação, para assegurar às empresas brasileiras melhores condições de competição com suas congêneres estrangeiras, tornando definitiva a não-incidência da Cide sobre os combustíveis em tela.</p> <p>Trata-se de medida oportuna que trará benefícios aos consumidores em razão da provável redução dos preços das passagens aéreas decorrente da desoneração fiscal proposta</p>

modificado em 28/09/2015 às 16:14

PL 3046/2011

Autor: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

Relator: Deputado Raul Lima (PP/RR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

desoneração tributária

Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)

modificado em 28/09/2015 às 16:12

O que é

Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

Situação

CD ? Mercosul Aguardando Parecer do Relator Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA) na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL)

modificado em 28/09/2015 às 16:12

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul.

Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCUSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional.

modificado em 28/09/2015 às 16:12

PLP 20/2003

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Relator: Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)

Status: em acompanhamento

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

ICMS sobre querosene de aviação

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:10

O que é

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.?

modificado em 28/09/2015 às 16:10

Situação

CD ? 06/02/2015 ?Desarquivado. Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

modificado em 28/09/2015 às 16:10

Nossa Posição

CONVERGENTE

O PLP 20/03 altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, para permitir que o ICMS possa ser cobrado mediante incidência monofásica, mesmo ocorrendo operação interestadual. Ao PLP 20/03 foi apensado o PLP 25/03, com idêntica finalidade. Tanto o projeto principal, como o apensado, cumpre com perfeição a norma de definição dos combustíveis e lubrificantes sujeitos à cobrança unifásica, nos termos exigidos pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que alterou as normas do ICMS para permitir a referida incidência monofásica. Ambos os PLPs incluem o querosene de aviação na extensa lista dos combustíveis sujeitos à incidência monofásica, o que poderá permitir redução nos preços dos tributos incidentes.

modificado em 28/09/2015 às 16:10
